

PROPOSTA DE CONDIÇÕES PARTICULARES

Tomador de Seguro / Segurado	MUNICIPIO VILA NOVA GAIA NIF: 505335018								
Tipo de Apólice - Duração do Contrato	Seguro temporário, por 12 meses Início em <u>data a indicar</u>								
Âmbito Territorial	Portugal								
Objeto do Contrato	Aeronave não tripulada, doravante designada por UAV, Drone ou Equipamento(s): <table><tr><th>Drone</th><th>Nº Série</th><th>PMAD*</th></tr><tr><td>Drone DJI Mavic 3 Thermal</td><td>1581F5FJD231600D4W85</td><td>1050 gr</td></tr></table> (*) peso máximo à descolagem <u>Deve constar da proposta de seguro, o número de serie do fabricante ou qualquer outra referência que permita identificar o(s) equipamento(s).</u>			Drone	Nº Série	PMAD*	Drone DJI Mavic 3 Thermal	1581F5FJD231600D4W85	1050 gr
Drone	Nº Série	PMAD*							
Drone DJI Mavic 3 Thermal	1581F5FJD231600D4W85	1050 gr							
Interesse e Âmbito do Seguro	Em conformidade com a legislação em vigor aplicável e nos termos das Condições Gerais nº 102 e Condição Especial “Equipamento(s) Pilotado(s) Remotamente”, a apólice garante: Secção II - O pagamento de indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado pelos danos corporais e/ou materiais causados acidentalmente a terceiros na sequência das operações (voos) com o(s) equipamento(s) indicado(s) nesta Proposta de Seguro. Derroga-se, assim, o que em contrário seja estipulado nas mencionadas Condições Gerais e Especial do Segurador e não esteja em desacordo com a Legislação Portuguesa em vigor. As Condições Particulares sobrepõem-se às Condições Gerais e Especial.								
Condições de Cobertura e Capitais	Responsabilidade Civil Terceiros: EUR 325.000,00 , por sinistro e anuidade								
Franquia	EUR 200,00, por sinistro e por drone, aplicável apenas a danos materiais.								
Utilização	Fotografia, filmagem e imagens aéreas, para uso profissional, no âmbito das actividades do Tomador do Seguro.								
Piloto Remoto	Diversos - autorizados pelo Tomador do Seguro, devidamente certificados por Autoridade competente.								

Outras Condições Aplicáveis	<p>. É condição de validade que o Tomador do Seguro/Segurado, e/ou Operadores e Pilotos Remotos satisfaçam as obrigações da Legislação em vigor relativamente à utilização do espaço aéreo nacional, nomeadamente requisitos de registos, competências, certificações, condições de operação e autorizações, pelo que não afasta a necessidade de cumprimento de outros regimes jurídicos que sejam aplicáveis.</p> <p>. Fazem ainda parte integrante desta proposta as seguintes condições especiais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Exclusão de Riscos de Guerra, Pirataria e Outros Perigos - Cláusula AVN48B.• Exclusão de Riscos de Ruído, Poluição e Outros Perigos - AVN46B• Exclusão de Contaminação Radioactiva - Cláusula AVN38B• Exclusão do Reconhecimento da Data - Cláusula AVN2000A• Exclusão de Amianto - Cláusula 2488AGM00003
Prémio Total (12 meses)	EUR 245,00
Condições de Pagamento	Pagamento Único
Validade da Proposta	De acordo com as peças procedimentais

Declara-se que as Condições Particulares prevalecem sobre as referidas Condições Gerais e Especial da Apólice, em caso de eventual divergência.

EQUIPAMENTO(S) PILOTADO(S) REMOTAMENTE

CONDIÇÃO ESPECIAL

ARTIGO PRELIMINAR

Entre a Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Segurador, e o Tomador do Seguro, identificado nas Condições Particulares, é estabelecido o presente contrato de seguro, que se regula pelas Condições Gerais, Especiais e Particulares desta Apólice, que foi contratada de harmonia com as declarações constantes da proposta que lhe serviu de base e da qual faz parte integrante.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

SEGURADOR: A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., entidade legalmente autorizada a assumir os riscos objeto do presente contrato e que subscreve o presente contrato.

TOMADOR DO SEGURO: A pessoa, singular ou coletiva, que contrata com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento dos prémios e pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato, salvo aquelas que, pela sua natureza, devam ser cumpridas pelo Segurado.

SEGURADO: A pessoa, singular ou coletiva, titular do bem ou interesse seguro, ou seja, a pessoa no interesse da qual o contrato é celebrado. Salvo declaração expressa em contrário inserta nas Condições Particulares ou Especiais, considera-se que, em princípio, o Tomador do Seguro e o Segurado são uma e a mesma pessoa.

As obrigações que, ao longo do clausulado, são cometidas ao Segurado consideram-se, também, exigíveis do Tomador do Seguro, salvo aquelas que, pela sua própria natureza, só por um ou pelo outro possam ser cumpridas.

BENEFICIÁRIO: A pessoa, singular ou coletiva, destinatária da prestação do Segurador, ou seja, a pessoa a quem se reconhece, ou a favor de quem reverte, o direito de receber tal prestação.

TERCEIRO: Aquele que, em consequência de um sinistro coberto, sofra uma lesão que origine danos suscetíveis de, nos termos da lei civil e desta apólice, serem reparados ou indemnizados.

ACIDENTE: Qualquer ocorrência ou série de ocorrências resultantes de um mesmo evento, fortuito e anormal, provocado por causa exterior e alheia à vontade do Segurado, e que origine danos materiais e/ou corporais.

SINISTRO: O evento, ou série de eventos resultantes de uma mesma causa, suscetível de fazer funcionar as garantias do contrato. O conjunto de danos resultantes de um mesmo evento ou série de eventos com a mesma causa constitui um só sinistro.

LESÃO CORPORAL: Ofensa que afete a saúde física ou a sanidade mental, provocando um dano.

LESÃO MATERIAL: Ofensa que afete qualquer bem, móvel, imóvel ou animal, provocando um dano.

DANO PATRIMONIAL: Prejuízo que, sendo suscetível de avaliação pecuniária, deva ser reparado ou indemnizado.

DANO NÃO PATRIMONIAL: Prejuízo que, não sendo suscetível de avaliação pecuniária, deva no entanto, ser reparado através de uma compensação pecuniária.

FRANQUIA: Valor que, em caso de sinistro, fica a cargo do Tomador do Seguro, do Segurado ou do Beneficiário, e cujo montante, ou modo de cálculo, se encontra estipulado nas Condições Especiais ou Particulares, sendo dedutível à indemnização a pagar.

APÓLICE: Documento que titula o contrato celebrado entre o Tomador do Seguro e o Segurador, do qual fazem parte integrante, a proposta, as Condições Gerais, as Condições e Cláusulas Especiais, se as houver, as Condições Particulares e as Atas Adicionais que titulem modificações ao contrato.

EQUIPAMENTO: "Aeronave não tripulada", usualmente designado por "Drone" destinado a operar sem recurso a piloto humano a bordo, e que pressupõe:

- Ter uma capacidade de voo sustentado por meios aerodinâmicos;
- Ser pilotada remotamente ou capaz de operação autónoma;
- Não ser classificada como uma arma guiada ou dispositivo projetado para a largada intencional de qualquer objeto ou munições.

VALOR DE SUBSTITUIÇÃO: O valor que seria necessário para, imediatamente antes do sinistro, substituir o equipamento seguro danificado ou destruído por um equipamento novo da mesma marca, tipo e modelo, acrescido dos custos de transporte, montagem, impostos (exceto o Imposto Sobre o Valor Acrescentado quando este for dedutível pelo Segurado) e despesas alfandegárias.

Caso não exista disponível no mercado um equipamento com as mesmas características, tipo e modelo do equipamento seguro, considerar-se-á o valor de compra de um equipamento substituto, tão idêntico quanto possível ao equipamento seguro.

Para a determinação do Valor de Substituição não são considerados quaisquer descontos ou preços reduzidos que o Segurado tenha obtido ou venha a obter, mas apenas o valor corrente no mercado em condições normais de compra.

VALOR ATUAL DO EQUIPAMENTO: O Valor de Substituição deduzido da correspondente desvalorização pelo uso.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO:

- a) PRIVADO (RECREIO)** – utilização da Equipamento para fins privados e de recreio excluindo qualquer utilização em negócio, profissão ou aluguer mediante remuneração ou compensação;
- b) PRIVADO (NEGÓCIOS)** – a utilização indicada em PRIVADO (RECREIO) e a utilização relacionada com a profissão ou negócio do Segurado, excluindo qualquer utilização em aluguer mediante remuneração ou compensação;

As utilizações acima descritas nas alíneas a), b) são utilizações tipo, normais na atividade aeronáutica, e não incluem Aluguer Sem Piloto, Instrução, Exibição e Acrobacia Aérea, Caça, qualquer tipo de Patrulha ou Vigilância Aérea, Prevenção a Incêndios, Largada Intencional de qualquer Objeto ou Produto, qualquer forma de Voo Experimental ou de Competição, nomeadamente tentativas de recorde ou de estabelecimento de graus de velocidade, qualquer tipo de Prova Desportiva, Carga Suspensa, e qualquer outro tipo de utilização envolvendo perigos anormais.

No entanto, qualquer um ou vários destes tipos de utilização poderão ser incluídos no âmbito de cobertura da Apólice, mediante acordo expresse entre o Segurador e o Tomador do Seguro e/ou o Segurado, nos termos para o efeito estabelecidos nas Condições Particulares.

VOO: O período que tem o seu início quando o Equipamento se movimenta para descolar ou tentar descolar, que dura enquanto estiver no ar e que finaliza quando termine a aterragem.

ROLAGEM: O movimento do Equipamento, se aplicável, pelos seus próprios meios, exceto quando em voo conforme acima definido.

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO SEGURO

ARTIGO 1.º - OBJETO DO SEGURO

1. O presente contrato segura o(s) Equipamentos descrito(s) nas Condições Particulares contra os riscos emergentes de um acidente, ocorrido durante o período seguro, em situação de Voo, Rolagem, no exercício da atividade indicada em Condições Particulares.
2. Os riscos suscetíveis de serem seguros ao abrigo do presente contrato são os seguintes:
 - Perda ou Dano Verificado no Equipamento – Secção I;
 - Responsabilidade Civil relativamente a Terceiros – Secção II;
3. Apenas ficam seguros pelo presente contrato os riscos indicados nas Condições Particulares.

SECÇÃO I PERDA OU DANO VERIFICADO NO EQUIPAMENTO

ARTIGO 2.º - ÂMBITO DA COBERTURA

O Segurador indemnizará o Segurado pelas perdas ou danos acidentais verificados no(s) Equipamento(s) identificado(s) nas Condições Particulares da Apólice, resultantes de riscos seguros aí expressamente mencionados, com o limite do valor seguro do Equipamento referido nas Condições Particulares e sujeito à dedução das franquias contratuais, podendo o Segurador optar pelo pagamento de uma indemnização em dinheiro, pela substituição do Equipamento ou pela sua reparação.

ARTIGO 3.º - EXCLUSÕES APLICÁVEIS À SECÇÃO PERDA OU DANO VERIFICADO NO EQUIPAMENTO

1. Para além das exclusões de carácter geral previstas no artigo 15º, o Segurador não será responsável:
 - a) Por perdas ou danos em qualquer componente do Equipamento que sejam resultado de vício próprio, uso, desgaste, deterioração, avaria, defeito de fabrico ou outro, ou por falha de qualquer natureza, bem como pelas respetivas consequências nessa Unidade;
 - b) Por perdas ou danos em qualquer componente do Equipamento que sejam resultado de qualquer causa que tenha um efeito progressivo ou cumulativo, ficando, no entanto, cobertas as perdas ou danos atribuíveis a um único incidente, isolado e devidamente comprovado.
 - c) Por perdas ou danos em equipamento de vídeo ou fotográfico para captação de imagens.
 - d) Pelo pagamento de indemnização devida a perda verificada com o Equipamento em consequência do desaparecimento do mesmo.
2. As perdas ou danos acidentais do Equipamento em consequência das situações descritas nas alíneas a) ou b) acima estão, contudo cobertas.

ARTIGO 4.º - CAPITAL SEGURO

1. A responsabilidade do Segurador será sempre limitada ao capital seguro constante das Condições Particulares.
2. O montante das indemnizações pagas é deduzido ao capital seguro, ficando o respetivo capital reduzido desse montante, a contar da data do sinistro.
3. Após o pagamento da indemnização, a pedido do Segurado e com o acordo do Segurador, poderá efetuar-se reposição do capital seguro mediante um prémio adicional calculado à taxa estabelecida e proporcionalmente ao tempo a decorrer até ao vencimento, sobre a importância das indemnizações pagas.

ARTIGO 5.º - INSUFICIÊNCIA OU EXCESSO DE CAPITAL

Se o capital seguro for, na data do sinistro, inferior ao valor patrimonial de mercado da Equipamento seguro, o Segurado responde por uma parte proporcional dos prejuízos, como se fosse Segurador do excedente. Sendo, pelo contrário, o capital seguro superior ao valor patrimonial de mercado do Equipamento, o Segurador só é responsável até à concorrência desse valor.

ARTIGO 6.º - OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

Sem prejuízo de outras obrigações resultantes da Apólice, o Segurado fica obrigado no âmbito desta Secção:

- a)** A não iniciar trabalhos de desmontagem ou reparação sem o consentimento do Segurador, com exceção de trabalhos absolutamente necessários no interesse da segurança ou com o objetivo de evitar maiores danos ou no cumprimento de ordens emitidas pela autoridade competente;
- b)** A não abandonar o Equipamento como «salvado» ao Segurador, sem prejuízo do disposto no subsequente Artigo 7.º;
- c)** A permitir a inspeção do(s) Equipamento seguro(s), nos termos do Artigo 8.º.

ARTIGO 7.º – SALVADOS

1. Em caso de perda total do Equipamento seguro ou quando o Segurador opte pela sua substituição em consequência de um sinistro, o Segurado permanecerá proprietário do mesmo, não se transferindo a propriedade a favor do Segurador, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O Segurador e o Segurado poderão, no entanto, acordar na transmissão para o primeiro da propriedade dos «salvados» do Equipamento seguro, ficando o Segurado obrigado a entregar ao Segurador toda a documentação relativa ao Equipamento.

ARTIGO 8.º - INSPEÇÃO DO EQUIPAMENTO SEGURO

1. O Segurador reserva o direito de ou mandar inspecionar o(s) Equipamento(s) seguro(s) por representante credenciado e verificar se são cumpridas as obrigações contratuais, obrigando-se o Segurado a fornecer àquele as informações que lhe forem solicitadas.

2. A recusa injustificada do Segurado em permitir o exercício do direito referido no número anterior, confere ao Segurador o direito de resolver o contrato nos termos do Artigo 26.º

ARTIGO 9.º - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDEMNIZAÇÃO

1. Em caso de sinistro, ainda que o seguro produza efeitos a favor de terceiros, a avaliação dos equipamento seguro e dos respetivos danos será efetuada entre o Segurado e o Segurador, observando-se os critérios estabelecidos no Artigo 4º para a determinação do capital seguro e o disposto nos números seguintes.

2. O Segurador não indemnizará a diferença para mais, ou agravamento, que possa advir no custo da reparação ou reconstrução dos bens seguros, em consequência de modificações a fazer nas características da sua construção.

3. Ao montante indemnizatório será deduzido o valor dos salvados que fiquem em poder do Segurado.

4. Caso se verifique, à data do sinistro, insuficiência ou excesso de capital seguro, aplicar-se-á o disposto no Artigo 5º.

ARTIGO 10.º - FORMA DE PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO

1. O Segurador reserva-se a faculdade de pagar a indemnização em dinheiro ou de substituir, repor, reparar ou reconstruir o equipamento seguro.
2. Quando o Segurador optar por não indemnizar em dinheiro, o Segurado deverá, sob pena de responder por perdas e danos, prestar-lhe a colaboração que seja razoável e abster-se de quaisquer atos impeditivos ou que dificultem desnecessariamente os trabalhos para tais fins.
3. Quando o dano sofrido pelo equipamento seguro puder ser reparado, o Segurador, até ao limite do respetivo capital seguro, indemnizará o Segurado pelas despesas necessárias à reposição do equipamento seguro nas mesmas condições em que se encontravam imediatamente antes do sinistro, acrescidas das despesas decorrentes dos trabalhos de desmontagem e montagem, de fretes ou despesas alfandegárias, se as houver.
4. Verificando-se dificuldade na obtenção de preços ou de peças necessárias para a reparação do equipamento seguro, o Segurador indemnizará o Segurado pelo valor constante no último preço do respetivo fornecedor ou fabricante, para uma unidade com as mesmas características e rendimento.
5. O Segurador apenas suportará o custo de reparações provisórias quando estas integrem a reparação definitiva e não aumentem o custo final desta reparação.
6. Salvo disposição em contrário constante das condições Particulares e sem prejuízo do disposto no artigo 5º, quando o custo da reparação do equipamento seguro exceder o seu Valor Atual deduzido do valor dos salvados, o segurador atribuirá, até ao limite do capital seguro, uma indemnização equivalente ao:
 - a) Valor de substituição do equipamento seguro, deduzido do valor dos salvados, quando o equipamento seguro tenha, à data do sinistro, antiguidade igual ou inferior a 3 anos, contados a partir de 31 de dezembro do seu ano de fabrico.
 - b) Valor Atual do equipamento seguro, deduzido do valor dos salvados, quando o equipamento seguro tenha, à data do sinistro, antiguidade superior a 3 anos, contados a partir de 31 de Dezembro do seu ano de fabrico
7. Quando o Segurador optar pela substituição do Equipamento seguro, o Equipamento de substituição será da mesma marca e modelo e deverá estar em condições semelhantes, salvo se for acordado de outra forma entre o Segurador e o Segurado.

ARTIGO 11.º - CESSAÇÃO DA COBERTURA

A garantia conferida pela presente Secção caduca no momento da transmissão da propriedade dos «salvados» para o Segurador, ainda que estes continuem, por qualquer causa, com o Segurado.

SECÇÃO II RESPONSABILIDADE CIVIL TERCEIROS

ARTIGO 12.º - ÂMBITO DA COBERTURA

A presente cobertura garante, até ao limite do valor seguro constante das Condições Particulares, o pagamento de indemnizações que sejam legalmente exigíveis ao Segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, decorrentes de lesões corporais e/ou materiais, causados a terceiros pelo Equipamento seguro ou objeto que dele caiam.

ARTIGO 13.º - EXCLUSÕES APLICÁVEIS À SECÇÃO RESPONSABILIDADE CIVIL TERCEIROS

1. Para além das exclusões de carácter geral previstas no artigo 15º, o Segurador não será responsável, ao abrigo da presente Secção, por quaisquer danos, patrimoniais e não patrimoniais, sofridos:

- a) Pelo cônjuge, ascendentes ou descendentes do Segurado e, tratando-se de pessoas coletivas, pelos seus sócios, administradores, diretores, gerentes e demais empregados ou funcionários enquanto no desempenho das suas funções ou no cumprimento dos seus deveres e obrigações para com o Segurado;
- b) Pelo operador do Equipamento, enquanto no desempenho das suas funções na operação do Equipamento;
- c) Em qualquer coisa pertencente ao Segurado ou que esteja à sua guarda ou sob o seu cuidado ou custódia;
- d) Em consequência de ruído (quer seja audível pelo ouvido humano ou não), vibração, estrondo sónico, ou quaisquer fenómenos associados;
- e) Em consequência de poluição e contaminação de qualquer espécie;
- f) Em consequência de interferência elétrica e eletromagnética.

2. Os danos sofridos por terceiros em consequência de quaisquer dos factos descritos nas alíneas d) a f) ficam, no entanto, cobertos se houverem sido causados por uma queda súbita, incêndio, explosão ou colisão que provoque uma operação anormal do equipamento, sem prejuízo do disposto no Art. 15.º, n.º 1, alínea h).

ARTIGO 14.º - LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO APLICÁVEIS APENAS A ESTA SECÇÃO

1. A responsabilidade do Segurador ao abrigo desta Secção não excederá o capital seguro estabelecido nas Condições Particulares, com dedução das franquias contratuais acordadas.

2. O Segurador suportará, mesmo que excedam o capital seguro, todos os custos e despesas legais que ocorram, com o seu consentimento escrito, na defesa de qualquer ação judicial que possa ser movida contra o Segurado relativamente a qualquer reclamação para indemnização de danos cobertos por esta Secção.

3. No entanto, se o montante total pago ou estipulado para pagamento exceder o capital seguro estabelecido nas Condições Particulares a responsabilidade do Segurador relativamente a esses custos e despesas legais será limitada à proporção entre o limite de indemnização estabelecido nas Condições Particulares e o montante total da indemnização pago ou estipulado para pagamento.

4. No caso de coexistirem vários lesados pelo mesmo sinistro e o montante dos danos exceder o valor seguro por sinistro, a responsabilidade do Segurador perante cada um deles reduzir-se-á proporcionalmente em relação ao montante dos respetivos danos sofridos por cada um, até à concorrência desse mesmo valor.

5. Quando o Segurador, de boa fé e por desconhecimento da existência de outras pretensões, tenha liquidado a um lesado uma indemnização de valor superior à que lhe competiria nos termos do número anterior, apenas fica obrigado para com os outros lesados até à concorrência da parte restante do valor seguro.

ARTIGO 15.º - EXCLUSÕES APLICÁVEIS A TODAS AS COBERTURAS

1. A responsabilidade do Segurador ao abrigo da presente Apólice fica excluída sempre que se verificar qualquer um dos seguintes factos:

- a) Quando o Equipamento seguro estiver a ser utilizado em qualquer atividade ilegal ou em qualquer outra atividade que não esteja expressamente referida nas Condições Particulares;
- b) Quando o Equipamento estiver a ser utilizado fora dos limites geográficos referidos nas Condições Particulares, salvo se tal facto for devido a situação de força maior;

- c) Quando o Equipamento estiver a ser pilotado por quaisquer pessoas que não sejam as declaradas ou que não reúnam as condições mínimas, conforme referido nas Condições Particulares.
- d) Quando o Equipamento estiver a ser transportado por qualquer meio de transporte, exceto se esse transporte for consequência de um acidente que tenha originado uma reclamação ao abrigo da cobertura da Secção I desta Apólice;
- e) Quando o Equipamento estiver a aterrar ou a levantar voo, ou a tentar fazê-lo em locais que não reúnam as condições mínimas de acordo com as recomendações do fabricante, salvo se tal facto for devido a situação de força maior;
- f) Quando existir responsabilidade assumida ou direitos voluntariamente abandonados pelo Segurado ao abrigo de qualquer acordo;
- g) Quando as reclamações forem indemnizáveis ao abrigo de qualquer outra Apólice ou Apólices exceto em relação a qualquer montante que ultrapasse o limite de indemnização dessa Apólice ou Apólices e que poderá ser pago nesta Apólice;
- h) Perda, dano ou responsabilidade causada direta ou indiretamente, ou para que o Segurado tenha contribuído ou que seja resultante de radiações ionizantes ou contaminação por radioatividade.
- i) Voos autónomos, sem possibilidade de intervenção pelo controlador do equipamento via comando/controlo remoto.

2. Ficam igualmente excluídos da cobertura desta Apólice os sinistros resultantes, direta ou indiretamente, de:

- a) Guerra, invasão, actos de inimigos estrangeiros, hostilidades (quer seja ou não declarada guerra), guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, lei marcial, poder militar ou usurpado ou tentativas de usurpação do poder;
- b) Qualquer detonação hostil de qualquer arma de guerra que utilize fissão e/ou fusão atómicas ou nucleares ou outra reacção similar ou força ou material radioativos;
- c) Greves, motins, tumultos civis, ou distúrbios laborais;
- d) Qualquer ato praticado por uma ou várias pessoas, agentes ou não de um País Soberano, por motivos políticos ou terroristas, e quer as perdas ou danos daí resultantes sejam acidentais ou intencionais;
- e) Qualquer ato malicioso ou de sabotagem;
- f) Confiscação, nacionalização, captura, restrição, detenção, apropriação, requisição para uso por ou sob as ordens de qualquer Governo (civil, militar ou de facto) ou autoridade pública ou local;
- g) Pirataria, ou qualquer detenção ou captura ilegal ou exercício ilícito de controlo do Equipamento/Aeronave ou do operador/controlador (incluindo qualquer tentativa de detenção ou controlo) levados a efeito por qualquer pessoa ou pessoas, agindo sem autorização do Segurado.
- h) Perdas ou Danos decorrentes de procedimento violador das disposições regulamentares ou de normas técnicas usualmente seguidas na atividade segura, nomeadamente sobre prevenção e segurança;
- i) Perdas ou Danos decorrentes de outras atividades ou serviços que não correspondam ao objeto próprio da atividade;
- j) Danos causados por invasão de privacidade e/ou direitos de imagem;
- k) Perdas ou Danos originados por motivo de força maior;
- l) Lucros cessantes, paralisação e perdas indiretas de qualquer natureza;
- m) Perdas ou Danos causados aos sócios, gerentes e legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;
- n) Perdas ou Danos decorrentes de reclamações baseadas numa responsabilidade do Segurado em razão de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;
- o) Perdas ou Danos decorrentes de alteração do meio ambiente, causada direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos a ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas, exceto quando tal alteração do meio ambiente resulte da libertação dos combustíveis existentes nas instalações de armazenamento ou de abastecimento, por causa súbita, imprevista e accidental;
- p) Perdas ou Danos decorrentes do incumprimento de obrigações de natureza contratual assumida pelo Segurado;

- q) Perdas ou Danos causados a bens, instalações e terrenos de que seja proprietário e/ou locatário o Segurado ou que se encontrem na posse deste a qualquer título;
- r) Perdas ou Danos causados pelo Segurado, seus empregados ou colaboradores sob a influência de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de demência ou quando for detetado um grau de alcoolémia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue;

3. Esta Apólice também não cobre sinistros resultantes de qualquer um dos riscos referidos nos números anteriores, que ocorram enquanto o Equipamento se encontrar fora do controlo do Segurado, entendendo-se que este recuperou o controlo do Equipamento quando o mesmo lhe tenha sido devolvido em condições de segurança num local não excluído dos limites geográficos da presente Apólice e adequado às operações do Equipamento.

CAPÍTULO II **AGRAVAMENTO DO RISCO**

ARTIGO 16.º - AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador do Seguro e o Segurado obrigam-se, no prazo de 14 dias a partir do conhecimento dos factos, a comunicar por escrito ao Segurador, todas as alterações do risco que agravem a responsabilidade por este assumida.
2. A falta de comunicação referida no número anterior tem as consequências previstas na lei.
3. O Segurador dispõe de 30 dias a contar da data em que tenha conhecimento do agravamento do risco para:
 - a) Apresentar ao Tomador do Seguro uma proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
 - b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III **OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO, DO SEGURADO E DO SEGURADOR**

ARTIGO 17.º- OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DO SEGURADO

1. O Tomador do Seguro e/ou o Segurado obriga-se no âmbito do presente contrato:
 - a) A declarar ao Segurador qualquer agravamento do risco, nos termos do Art. 16.º;
 - b) A comunicar ao Segurador, de imediato e pela via mais rápida, a ocorrência de qualquer facto do qual possa resultar para este uma obrigação de indemnização nos termos do presente contrato;
 - c) A fornecer, por escrito, ao Segurador, no prazo máximo de 8 dias, um relato circunstanciado e pormenorizado do facto a que alude a alínea anterior;
 - d) A permitir ao Segurador as averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, dando toda a colaboração necessária ou conveniente para o efeito, fornecendo todas as provas solicitadas, nomeadamente, documentos, relatórios e outros elementos que possua ou venha a obter;
 - e) A, em todas as circunstâncias, tomar as medidas necessárias e ao seu alcance e a fazer tudo o que for razoavelmente praticável no sentido de evitar ou limitar os danos que sejam consequência de sinistro coberto pela Apólice;
 - f) A comunicar, de imediato, ao Segurador a dedução de reclamação ou a interposição de ação judicial por terceiro da qual possa resultar uma indemnização nos termos desta Apólice;
 - g) A não reconhecer ou confessar a sua responsabilidade para com terceiros, em circunstância alguma, e a não efetuar qualquer acordo indemnizatório ou pagamento por conta de indemnização sem a autorização expressa, por escrito, do Segurador;

- h) A permitir que o Segurador assuma a liderança na regularização extrajudicial dos danos que sejam consequência de um sinistro coberto pela Apólice, assim como a defesa judicial em ações ou procedimentos movidos contra o Segurado e dos quais possa resultar a responsabilidade do Segurador, sem prejuízo da defesa do Segurado quanto à parte da indemnização que não seja coberta pelo presente contrato, sendo que quando o Segurado e o Lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo Segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o Segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, não assumindo o Segurador quaisquer custos daí decorrentes;
- i) A cumprir diligentemente todas as normas, instruções e práticas de segurança e navegação aérea emitidas pelas autoridades competentes e assegurar que todos os seus trabalhadores ou prestadores de serviços, pessoas singulares ou coletivas, o façam igualmente;
- j) Manter o Equipamento seguro em perfeitas condições de manutenção e de funcionamento no início de cada voo;
- k) Não utilizar os bens seguros para além das suas capacidades técnicas;
- l) Cumprir as especificações ou recomendações dos fabricantes e as cláusulas deste contrato;
- m) A fornecer ao Segurador todos os elementos, documentais ou outros, de prova de um sinistro e a indicar as testemunhas, devidamente identificadas, do mesmo, em ordem a possibilitar àquele o exercício de eventual direito de indemnização contra terceiros responsáveis;
- n) A subrogar o Segurador nos seus direitos contra terceiros em virtude de um sinistro coberto pela Apólice.

2. Quando o sinistro seja causado ou os danos agravados pela violação, dolosa ou negligente, de qualquer das obrigações do Segurado, o Segurador não será responsável pela indemnização ou apenas responderá pelos danos que não resultem do incumprimento das obrigações do Segurado.

ARTIGO 18.º- OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR

- 1. O Segurador obriga-se no âmbito do presente contrato:
 - a) A realizar as averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;
 - b) A pagar, até à concorrência do capital seguro, a indemnização nos termos da Apólice logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à fixação do montante dos danos;
- 2. Se, decorridos 30 dias, o Segurador, de posse de todos os elementos indispensáveis à regularização do sinistro, não houver pago a indemnização, por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo-se a indemnização juros à taxa legal em vigor.

CAPÍTULO IV CAPITAL SEGURO

ARTIGO 19.º - CAPITAL SEGURO

- 1. A responsabilidade do Segurador é sempre limitada ao valor indicado nas Condições Particulares como capital seguro, seja qual for o número de pessoas lesadas por sinistro na cobertura de Responsabilidade Civil.
- 2. Não obstante a inclusão na Apólice de Segurados Adicionais, a responsabilidade do Segurador relativamente a cada um e a todos os Segurados é sempre limitada ao valor indicado nas Condições Particulares.

CAPÍTULO V INÍCIO E DURAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 20.º - INÍCIO E DURAÇÃO DO CONTRATO

1. Desde que o prémio ou fração inicial seja pago, o presente contrato produz os seus efeitos a partir das zero horas da data indicada nas Condições Particulares.
2. A duração do presente contrato é a que for estipulada nas Condições Particulares da Apólice, podendo ser celebrado por um período certo e determinado ou por um ano a continuar pelos seguintes.
3. Quando for celebrado por um período de tempo determinado, o contrato cessa os seus efeitos às 24 horas do último dia do prazo estabelecido.
4. Quando o contrato for celebrado por um ano a continuar pelos seguintes, considera-se o mesmo sucessivamente renovado por períodos anuais, exceto se qualquer das partes o denunciar por escrito ou por qualquer outro meio do qual fique registo duradouro, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio da anuidade subsequente ou da 1.^a fração deste.

CAPÍTULO VI **PAGAMENTO, FALTA DE PAGAMENTO** **E ALTERAÇÃO DO PRÉMIO**

ARTIGO 21.º - PAGAMENTO DO PRÉMIO

1. O prémio ou fração inicial é devido na data da celebração do contrato.
2. Os prémios ou frações seguintes são devidos nas datas estabelecidas na apólice.
3. O Segurador avisará o Tomador do Seguro, por escrito, até 30 dias antes da data em que os prémios ou frações seguintes são devidos. Se, porém, tiver sido acordado o pagamento do prémio em frações com periodicidade inferior à trimestral, o Segurador pode optar por não enviar o referido aviso, fazendo, nesse caso, constar de documento contratual as datas de vencimento das frações, os seus montantes e as consequências da falta de pagamento.
4. Caso o presente contrato seja celebrado a prémio variável, será emitido um prémio provisório, mínimo não estornável, sendo o valor do prémio definitivo apurado, no final de cada anuidade, pagando o Tomador do Seguro a diferença entre este valor e o prémio provisório.

ARTIGO 22.º - FALTA DE PAGAMENTO DO PRÉMIO

1. A falta de pagamento do prémio inicial ou da primeira fração deste, na data de vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de uma anuidade subsequente ou da 1.^a fração deste na data em que é devido, impede a prorrogação do contrato, pelo que este não se renovará. A falta de pagamento de qualquer outra fração do prémio na data em que é devida, determina a resolução automática e imediata do contrato nessa mesma data.
3. A falta de pagamento, na data indicada no aviso, de um prémio adicional, desde que este decorra de um pedido do Tomador do Seguro para alteração da garantia que não implique agravamento do risco, determinará que a alteração fique sem efeito, mantendo-se as condições contratuais em vigor anteriormente àquele pedido, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.
4. A falta de pagamento, na data indicada no aviso, de um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundado num agravamento superveniente do risco, determina a resolução automática do contrato nessa data.

ARTIGO 23.º - ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no objeto ou garantia do contrato, qualquer alteração do prémio de um contrato celebrado por um ano a continuar pelos seguintes apenas poderá efetivar-se no vencimento anual seguinte, mediante aviso prévio ao Tomador do Seguro com a antecedência mínima de 30 dias.

CAPÍTULO VII DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 24.º - DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O Tomador do Seguro e o Segurado estão obrigados, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.
2. O disposto no nº 1 é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário fornecido pelo Segurador.
3. Em caso de incumprimento doloso do disposto no nº 1, o contrato é anulável, nos termos e com as consequências previstas na lei.
4. Em caso de incumprimento com negligência do disposto no nº 1, o Segurador pode optar pela cessação ou alteração do contrato, nos termos e com as consequências previstas na lei.

ARTIGO 25.º - DENÚNCIA DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes por escrito ou por qualquer outro meio do qual fique registo duradouro com uma antecedência mínima de 30 dias face ao termo da anuidade.

ARTIGO 26.º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido por qualquer das partes, a todo o tempo, havendo justa causa, nos termos gerais.
2. A resolução do contrato por falta de pagamento do prémio fica sujeita às disposições legais e contratuais aplicáveis.
3. Após uma sucessão de sinistros, o Segurador pode, nos termos da lei proceder à resolução do contrato.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, presume-se que há sucessão de sinistros quando ocorram 2 sinistros num período de 12 meses ou, sendo o seguro anual, no decurso da anuidade.
5. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do próprio dia em que se verifique.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES DIVERSAS

ARTIGO 27.º - CO-EXISTÊNCIA DE CONTRATOS

1. O Tomador do Seguro e o Segurado ficam obrigados a comunicar ao Segurador, logo que disso tomem conhecimento, bem como aquando da participação de sinistro, da existência de mais de um seguro relativo ao mesmo risco.

2. Existindo à data do sinistro mais de um contrato de seguro com o mesmo objeto e garantia, o presente contrato apenas funcionará nos termos previstos na lei.

ARTIGO 28.º - CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL

A transmissão da posição contratual do Tomador do Seguro e a indicação de novo Segurado só é possível com o consentimento expresso do Segurador.

ARTIGO 29.º - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. As comunicações e notificações do Tomador do Seguro, do Segurado ou do credor hipotecário, previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efetuadas por escrito ou por outro meio do qual fique registo duradouro para a sede social do Segurador.

2. Todavia, a alteração de morada ou de sede do Tomador do Seguro, do Segurado ou do credor hipotecário deve ser comunicada ao Segurador nos 30 dias subsequentes à data em que se verifiquem, sob pena das comunicações ou notificações que o Segurador venha a efetuar para a morada desatualizada se terem por válidas e eficazes.

3. As comunicações e notificações do Segurador previstas nesta apólice consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efetuadas por escrito, ou por outro meio do qual fique registo duradouro, para a última morada do Tomador do Seguro, do Segurado ou do credor hipotecário constante do contrato, ou, entretanto, comunicada nos termos previstos no número anterior.

ARTIGO 30.º - SUB-ROGAÇÃO

1. O Segurador, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogado até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos do Tomador do Seguro e ou Segurado, se for pessoa diferente, contra terceiro responsável pelos prejuízos, obrigando-se o Tomador do Seguro e o Segurado a praticarem o que for necessário para efetivar esses direitos.

2. O Tomador do Seguro e o Segurado responderão por perdas e danos por qualquer ato ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.

ARTIGO 31.º - ÂMBITO TERRITORIAL

O contrato apenas produz efeitos em relação a sinistros verificados na área geográfica indicada em Condições Particulares.

ARTIGO 32.º - LEI APLICÁVEL

Salvo estipulação em contrário nas Condições Particulares, a lei aplicável ao presente contrato é a lei portuguesa.

ARTIGO 33.º - ARBITRAGEM E FORO

1. Todas as divergências que possam surgir em relação à validade, interpretação, execução e incumprimento deste contrato de seguro podem ser resolvidas por meio de arbitragem, nos termos da respetiva lei em vigor.

2. O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente deste contrato é o fixado na lei civil.